



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000698-70.2014.8.17.0000(0325525-4)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325525-4

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: GDC ALIMENTOS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: Direito Administrativo e Processual Civil. Agravo de Instrumento e Agravo Regimental. Mandado de Segurança. Apreensão de produtos sem que à agravante tenha sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Possibilidade. Medida de Apreensão de natureza cautelar. Poder de Polícia do Estado. Autoexecutoriedade. Proteção à saúde e ao direito dos consumidores.

Preliminar de Incompetência da Justiça Estadual. Fixa o art.55, § 1º do CDC, a competência concorrente entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

Preliminar de extinção do feito por ausência de indicação de litisconsorte passivo necessário - a União Federal e a empresa PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. O remédio constitucional impetrado busca anular o ato realizado pelo PROCON/PE de apreensão dos produtos comercializados pela agravada, e não o teste realizado pela PROTESTE. Desnecessária a indicação de litisconsorte passivo. Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

Preliminar de inviabilidade da ação mandamental face a necessidade de dilação probatória. O que se discute é a forma como se deu a apreensão dos azeites comercializados pela agravada, e não os testes laboratoriais. Presentes nos autos todas as provas referente ao ato impugnado. Preliminar rejeitada. Por maioria.

Mérito. Apreensão de Produtos. Poder de Polícia. Medida Cautelar a fim de evitar que os produtos fossem comercializados em ofensa aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, tais como: proibição



430

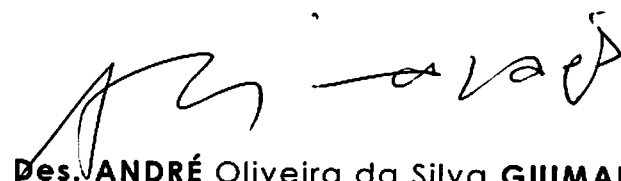
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

de propaganda enganosa, direito à informação, etc, não se confundindo com uma possível pena que só poderá ser aplicada após a instauração do processo administrativo, onde deve ser assegurada a ampla defesa e o contraditório, nos termos do art. 58 do CDC. A medida adotada pelo Poder Público está prevista no § único do art. 56 do CDC, assim como no art. 18, inciso II e art. 21 do Decreto Federal nº 2181/97, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Agravo provido. Decisão unânime. Prejudicado o Agravo Regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em rejeitar as preliminares de Incompetência da Justiça Estadual; de Extinção do feito por ausência de indicação de litisconsorte passivo necessário e por maioria de votos em rejeitar a preliminar de inviabilidade da ação mandamental face a necessidade de dilação probatória. No mérito, por unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO** ao recurso de Agravo de Instrumento, prejudicado o Agravo Regimental, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 06 de junho de 2014.


Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator



423
f

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000698-70.2014.8.17.0000(0325525-4)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325525-4

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: GDC ALIMENTOS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão proferida pelo Juízo da Quarta Vara da Fazenda Pública que, nos autos do Mandado de Segurança nº 0101863-94.2013.8.17.0001 impetrado por GDC Alimentos S/A, concedeu a liminar requerida para determinar a liberação dos azeites comercializados pela impetrante apreendidos nos autos de nº 410/2013, 709/2013 e 259/2013, mantendo-se apenas quantidade mínima necessária de amostras para posterior exame da qualidade do produto, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por dia de descumprimento, (fls. 135 e 135v).

Suscita o agravante as preliminares de Incompetência da Justiça Estadual; de extinção do processo por ausência de indicação de litisconsorte passivo necessário, quais sejam, a União Federal e a empresa Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor; de extinção do feito por ausência de comprovação da alegada legitimidade ativa *ad causam* e *ad processum*. No mérito, alega a ausência de direito líquido e certo a enseja o *writ* e a impossibilidade de conceder medida liminar de caráter satisfativa contra a Fazenda Pública.

Requer a concessão do efeito suspensivo da decisão agravada até o julgamento deste agravo de instrumento, e que ao final seja dado provimento ao presente recurso (fls. 02/29).

Documentos acostados às fls. 30/349.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

2424

9

Liminar indeferida às fls. 357/361.

Contrarrazões e documentos às fls. 368/379.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça opinando pelo não acolhimento das preliminares e, no mérito, pelo provimento do recurso (fls.383/392).

O Estado de Pernambuco interpôs Agravo Regimental contra a liminar proferida às fls. 357/361, suscitando as preliminares de incompetência da Justiça Estadual; de extinção do processo por ausência de indicação de litisconsortes passivo necessário, quais sejam, a União Federal e a empresa Proteste - Associação Brasileira de Defesa do Consumido; de extinção do feito por ausência de comprovação da alegada legitimidade ativa *ad causam* e *ad processum*; de inviabilidade da ação mandamental por ser o direito controverso face a necessidade de dilação probatória. E no mérito, traz as mesmas razões já apresentadas no Agravo de Instrumento, ausência de direito liquido e certo e de ato ilegal abusivo e a impossibilidade de conceder medida liminar de caráter satisfativa contra a Fazenda Pública (fls. 394/417).

É o Relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000698-70.2014.8.17.0000(0325525-4)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325525-4

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: GDC ALIMENTOS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

VOTO

Preliminar de Incompetência da Justiça Estadual.

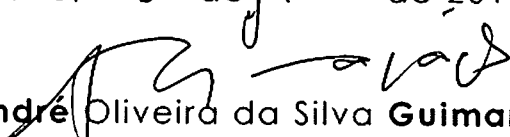
Alega o agravante a incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito, por haver interesse da União Federal, pois a matéria tratada no writ, irregularidade nos produtos relativos a azeites extra-virgem, é de interesse da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor – SENACON e do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor – DPDC, pois os testes que constatarem a irregularidade dos produtos foram realizados pela PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, entidade integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Não merece prosperar a preliminar, pois, o Código de Defesa do Consumidor em seu art. 55, § 1º, fixa a competência concorrente entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal para fiscalizar e controlar a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor.

Pelo exposto, rejeito a presente preliminar.

É como voto.

Recife, 06 de junho de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000698-70.2014.8.17.0000(0325525-4)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325525-4

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: GDC ALIMENTOS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

VOTO

Preliminar de extinção do feito por ausência de indicação de litisconsorte passivo necessário, quais sejam, a União Federal e a empresa PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.

Aduz o agravante que a ação administrativa vergastada foi realizada em decorrência de denúncia formulada por órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, devendo ser decretada a extinção do processo por não ter o agravado indicado a União e a PROTESTE para comporem a lide.

Também não merece prosperar esta preliminar, pois o remédio constitucional impetrado busca anular o ato realizado pelo PROCON/PE de apreensão dos produtos comercializados pela agravada, e não o teste realizado pela PROTESTE. Desnecessário, portanto, a indicação de litisconsorte passivo.

Rejeito esta preliminar.

É como voto.

Recife, 06 de junho de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0001188-9202014.8.17.0000(326411-9)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 326411-9

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: MANUEL SERRA S.A.

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

VOTO

Preliminar de extinção do feito por ausência de comprovação da alegada legitimidade ativa *ad causam* e *ad processum*.

Alega a parte agravante que o agravado não apresentou nenhum documento comprobatório da alegada condição de importador e distribuidor dos produtos apreendidos, acostando tão somente, uma cópia do rótulo do azeite da marca Carbonell, fls.83, onde consta um carimbo de que o produto é importado e distribuído pela empresa.

Constato que a legitimidade do agravado comprova-se através dos Certificados de Controle de Qualidade Comercial de fls. 85, 88, 91, 94, 97, emitido pelo Ministério de Economia e Competitividade da Espanha, onde consta o GDC ALIMENTOS S/A, como destinatário dos produtos ali certificados. Além da correspondência da PROTESTE, fls. 64.

Pelo exposto, também desprezo esta preliminar.

É como voto.

Recife, 06 de junho de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



434

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000698-70.2014.8.17.0000(0325525-4)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325525-4

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: GDC ALIMENTOS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

VOTO

Preliminar de inviabilidade da ação mandamental por ser o direito controverso face a necessidade de dilação probatória.

Alega o agravante que o direito do agravado não pode ser entendido como direito liquido e certo, face a necessidade de dilação probatória para comprovação dos fatos alegados, seja quanto a impugnação dos testes realizados pela PROTESTE, seja quanto ao alegado direito ao contraditório contra os testes realizados.

Também não merece prosperar a presente preliminar, visto que o que se discute é a forma como se deu a apreensão dos azeites comercializados pela agravada, além do mais, todas as provas referente ao ato impugnado encontram-se nos autos.

Rejeito a preliminar.

É como voto.

Recife, 06 de junho de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000698-70.2014.8.17.0000(0325525-4)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 325525-4

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: GDC ALIMENTOS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

VOTO - MÉRITO

Ao receber o Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão proferida pelo Juízo da Quarta Vara da Fazenda Pública que concedeu liminar em favor da parte agravada para determinar a liberação dos azeites por ela comercializados apreendidos pelo PROCON/PE, bem como que a autoridade coatora se abstinhasse de praticar qualquer ato restritivo baseado unicamente na análise realizada e divulgada pela PROTESTE, em sede de cognição sumária, não fiquei plenamente convencido da presença dos requisitos autorizadores para a concessão da liminar pleiteada, pois entendi, naquele momento processual, que o ato impugnado mostrava-se, a princípio, desproporcional, pois os testes que ensejaram a medida não diziam que os produtos eram inadequados ao consumo humano, gerando risco à saúde dos consumidores, e por isso neguei a liminar pleiteada.

No entanto, melhor estudando a matéria e compulsando a legislação pertinente ao caso, entendo que deve ser dado provimento ao recurso.

Explico.

O PROCON/PE, em 13.11.2013, foi comunicado pela PROTESTE dos testes realizados em várias marcas de azeite comercializados em nosso país, informando que o produto comercializado pela agravada veicula propaganda enganosa do produto, quando afirma ser **extra virgem** o azeite que pelos testes realizados mostrou-se de características **virgem** (fls.160/164).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

As autuações e apreensões começaram a ocorrer em 21.11.2013(fls. 253/322).

O processo administrativo, Reclamação 346/13, foi aberto em 20.12.2013, decidindo o Coordenador Geral do PROCON neste Estado em se reservar ao direito de aplicar penalidade em momento oportuno, determinando a notificação dos fornecedores para apresentar defesa administrativa. Por sua vez, as notificações expedidas pelo órgão de defesa do consumidor estão datadas de 18.12.2013.

Como se pode depreender dos fatos narrados acima, a medida de apreensão teve natureza cautelar, própria do poder de polícia, a fim de evitar que os produtos fossem comercializados em ofensa aos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, tais como: proibição de propaganda enganosa, direito à informação, etc; não se confundindo com uma possível pena que só poderá ser aplicada após a instauração do processo administrativo, onde deve ser assegurada a ampla defesa e o contraditório, nos termos do art. 58 do CDC.

A medida adotada pelo Poder Público está prevista no § único do art. 56 do CDC, assim como no art. 18, inciso II e art.21 do Decreto Federal nº 2181/97, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC e estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

Lei nº 8.078/90:

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I - multa;



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

II - apreensão do produto;

...omissis...

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.(g.n)

Decreto Federal nº 2181/97:

Art. 18. A inobservância das normas contidas na Lei nº 8.078, de 1990, e das demais normas de defesa do consumidor constituirá prática infrativa e sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive de forma cautelar, antecedente ou incidente no processo administrativo, sem prejuízo das de natureza cível, penal e das definidas em normas específicas:(g.n)

I - multa;

II - apreensão do produto;

(...)

Art. 21. A aplicação da sanção prevista no inciso II do art. 18 terá lugar quando os produtos forem comercializados em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas em legislação própria, na Lei nº 8.078, de 1990, e neste Decreto.

§ 1º Os bens apreendidos, a critério da autoridade, poderão ficar sob a guarda do proprietário, responsável, preposto ou empregado que responda pelo gerenciamento do negócio, nomeado fiel depositário, mediante termo próprio, proibida a venda, utilização, substituição, subtração ou remoção, total ou parcial, dos referidos bens.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Isto é, o ato combatido pelo writ está amparado pela autoexecutoriedade, uma das características do poder de polícia, nos exatos termos da lição de José dos Santos Carvalho Filho¹:

"Outro ponto a considerar é o de que a autoexecutoriedade não depende de autorização de qualquer outro Poder, desde que a lei autorize o administrador a praticar o ato de forma imediata....Quando a lei autoriza o exercício do poder de polícia com autoexecutoriedade, é porque se faz necessária a proteção de determinado interesse coletivo."

E nesse caso o interesse a ser tutelado é o do consumidor que deve ser protegido da propaganda enganosa, em respeito à saúde, além do prejuízo econômico/financeiro, por estar pagando mais caro por um produto de qualidade inferior, preconizados pelos artigos 4º e 6º do CDC:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

- a) por iniciativa direta;
- b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;
- c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

¹ in, Manual de Direito Administrativo, 23ª Edição, Lumen Juris Editora, p.96.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - ...omissis...;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012)

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V - ...omissis...

VI - ...omissis...;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX - (Vetado);

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Nesse mesmo sentido é o entendimento da representante do *parquet* no segundo grau:

"Assim, o procedimento do PROCON/PE de interdição de mercadorias revela a prática de medidas administrativas legítimas, em consonância com a proteção ao consumidor, que constitui direito fundamental. Não houve, portanto, atuação ilegal pela autoridade coatora, conforme defendido pela autora, ora agravada."



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

É de se registrar também, que a liminar concedida praticamente satisfaz o mérito do *mandamus*, o que, a princípio, não é permitido por lei e rechaçado pela jurisprudência pátria:

Lei 8437/1992

Art. 1º Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

Uníssona é a jurisprudência dos Tribunais sobre a matéria:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA REFORMADA EM AGRAVO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 273, § 2º, DO CPC E AO ART. 1º DA LEI 8.437/92.

1. Na origem, o Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que, na hipótese dos autos, a antecipação de tutela esgota o objeto da ação, de modo que sua concessão é vedada nos termos do art. 1º da lei 8.437/92.

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou a orientação de que "ao estabelecer que 'não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação', o § 3º do art. 1º, da Lei n.8.437/92, está se referindo, embora sem apuro técnico de linguagem, às liminares satisfativas irreversíveis, ou seja, àquelas cuja execução produz resultado prático que inviabiliza o retorno ao status quo ante, em caso de sua revogação". Entretanto, "o exame da reversibilidade ou não da medida liminar concedida implica o reexame do material fático da causa, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do que prescreve a Súmula



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

07/STJ" (REsp 664.224/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 1º.3.2007).

3. No caso concreto, todavia, o acórdão recorrido não abordou a questão da reversibilidade da medida, de modo que verificar a presença ou não desse elemento processual implica inexorável revolvimento do acervo fático-probatório, o que é obstado pela Súmula 7/STJ.

4. Quanto à alegação de ofensa ao art. 273, "É entendimento já pacificado nesta Corte Superior o de que analisar os requisitos necessários para a concessão de tutela antecipada - os quais não foram reconhecidos pelas instâncias ordinárias -, com a conseqüente reversão do entendimento exposto pelo Tribunal de origem, exigiria, necessariamente, o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ" (AgRg no AREsp 270.720/CE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE 17/06/2013) 5. Por outro lado, o próprio recorrente admite não ter sido prequestionado o disposto no art. 273 do CPC quando refere que "(...) a decisão da Quarta Câmara Cível do TJRS em nenhum momento infirma a presença dos requisitos da verossimilhança do direito alegado e do risco de dano irreparável, ambos reconhecidos na decisão de primeiro grau (...)" (fl. 99). Incidência da Súmula 211/STJ.

6. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1343233/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013)(g.n)

Pelo exposto, por entender que o ato coator foi praticado em conformidade com a lei e em defesa dos direitos do consumidor, **dou provimento** ao Agravo de Instrumento para




ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

reformular a decisão de tutela antecipada proferida pelo Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública nos autos do Mandado de Segurança nº 0101863-94.2013.8.17.0001. Prejudicado o Agravo Regimental.

É como voto.

Recife, 06 de junho de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator